



**A DISCIPLINA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL SUL - MATO-GROSSENSE: uma análise por meio de relatórios de estágio do curso de Educação Artística da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande - MS (1991 a 1997)**

Dyemison Phabulo Cavalcante de Pintor (UEMS)<sup>1</sup>

Estela Natalina Mantovani Bertoletti (UEMS)<sup>2</sup>

### **Introdução**

As reflexões pautadas neste texto sobre a disciplina Educação Artística em Mato Grosso do Sul foram realizadas mediante a análise de 18 relatórios de estágio supervisionado, produzidos por graduandos do curso de Educação Artística, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Unidade de Campo Grande/MS, entre os anos de 1991 e 1997, na observação de aulas da disciplina Educação Artística, em escolas da Rede Estadual de Ensino e Educação de Mato Grosso do Sul.

Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de outubro de 1977 pela Lei complementar nº 31, e instalado em 01 de janeiro de 1979, pelo então Presidente Ernesto Geisel. “O sistema educativo vigente em Mato Grosso do Sul na época de sua instauração, em 1979, e nos anos seguintes, propunha sob os ditames da Lei nº 5.692/71 [...]” (NEVES, 2013, p. 106). Portanto, entende-se que a disciplina de Educação Artística já era considerada parte do currículo desde os primeiros anos após a divisão do estado de Mato Grosso, pois a Lei nº 5.692/71, “[...] tornou obrigatória a inclusão da disciplina Educação Artística nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]”. (BRASIL, 1971).

---

<sup>1</sup> Aluno Regular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, vinculada à linha de pesquisa *História, Sociedade e Educação*.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; pós-doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; pós-doutorado em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014). É professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, atuando no curso de Pedagogia e Mestrado em Educação, vinculada à linha de pesquisa *História, Sociedade e Educação*.

Nesse contexto, 14 anos após a criação e 12 anos após a instalação do estado, o que caracterizava a disciplina Educação Artística? Para responder a essa questão, apresento as observações registradas nos relatórios de estágio. Para preservar a identidade dos sujeitos descritos nos relatórios, indicarei somente as iniciais dos nomes dos (as) graduandos (as) e o ano em que fizeram as descrições vivenciadas no estágio.

Nesse sentido, configuram-se os resultados parciais de análise e interpretação desses documentos, desenvolvidos mediante aos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural, cujo tema consiste no campo da História das Disciplinas Escolares.

De acordo com Frago (2008),

As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. (FRAGO, 2008, p. 204).

Chervel (1990), ao legitimar a História das Disciplinas Escolares como campo de pesquisa, demonstra a reverberação alcançada pelos conteúdos escolares socialmente e, por isso, chama a atenção para a necessidade de se compreender os fenômenos produzidos pelas disciplinas escolares.

Porque são criações espontâneas e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. É porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficiente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p. 184).

Um dos principais objetivos das pesquisas na área da História das Disciplinas Escolares é explicar as transformações ocorridas em uma determinada disciplina ao longo do tempo. Assim, torna-se possível compreender os fatores que influenciaram determinadas mudanças em conteúdos e métodos de ensino, o que possibilita também, o entendimento de alterações ou implementação de propostas curriculares.

As disciplinas escolares não são, com efeito, entidades abstratas como uma sequência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem, se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. (FRAGO, 2008, p. 204).

De acordo com Julia (2001):

Convém examinar atentamente a evolução das disciplinas escolares levando em conta elementos que em ordem de importância variada, compõem esta estranha alquimia: os conteúdos ensinados, os exercícios, as práticas de motivação e de estimulação dos alunos, que fazem parte destas “inovações” que não são vistas, as provas de natureza quantitativa que asseguram o controle das aquisições. (JULIA, 2001, p. 34, grifos do autor).

Chervel (1990) e Julia (2001) apontam as possibilidades das pesquisas acerca das matérias de ensino como forma de entendimento das práticas educacionais realizadas no interior das instituições escolares.

É de suma importância conhecer a história da disciplina de Educação Artística em Mato Grosso do Sul, pois, contribui para pesquisas correlatadas e reflexões sobre o ensino de Educação Artística no Brasil.

## **1 A inserção da disciplina educação artística no Brasil**

No Brasil, desde o século XIX, existem vestígios de um ensino artístico. Barbosa (2008) ressalta que, as primeiras tentativas de sistematização de um ensino artístico no Brasil ocorreram por meio da chegada da Missão Artística Francesa, em 1816 e, conseqüentemente a abertura da Academia Imperial de Belas Artes, em 1826.

A presença da família Real portuguesa nas terras brasileiras trouxe novos ares para a colônia e tornou-se necessário criar condições favoráveis para sua permanência no Brasil. Assim, inúmeras medidas foram tomadas, e entre essas, encontra-se como marco importante para a arte no Brasil, a criação da Academia de Belas Artes. (SILVA, 2003, p. 39).

Osinski (2001, p. 44) aponta que “[...] o projeto inicial visava um ensino mais amplo que tinha por objetivo também formar trabalhadores especializados em diferentes ofícios”.

De acordo com Barbosa (2000), entre as décadas de 1870 e 1880, o ensino artístico passa a ter como aporte o Desenho Industrial, buscando um modelo que estabelecesse a união entre criação e técnica, isto é, entre arte e sua aplicação à indústria. Os principais temas educacionais discutidos nesse período eram a alfabetização e a preparação para o trabalho. Sendo assim, a necessidade de um ensino de desenho apropriado era referida como um importante aspecto de preparação para o trabalho industrial.

No que se refere à introdução do desenho como prática educativa, Ferraz e Fusari (2010) afirmam que:

No Brasil do século XIX, o desenho ocupa um espaço equivalente ao mundo em industrialização, o que fica bem evidente no parecer feito por Rui Barbosa sobre o ensino primário, em 1883, no qual relaciona o desenho com o progresso industrial. Aqui também o ensino do desenho adquire um sentimento utilitário, direcionado ao preparo técnico de indivíduos para o trabalho, tanto de fábricas quanto de serviços artesanais. (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 26).

No final do século XIX, uma série de eventos e mudanças contribuiu para o surgimento e desenvolvimento do ensino e ofícios, ou seja, das artes aplicadas, fazendo com que o ensino de artístico contribuísse para a formação de uma classe trabalhadora. De acordo

com Barbosa (2002), “[...] a educação artística seria uma das bases mais sólidas para a educação popular” (BARBOSA, 2002, p. 39).

Nas primeiras décadas do século XX continua evidente, junto às classes sociais de baixa renda, a analogia entre o ensino do desenho e o trabalho, como se observa nos programas de desenho geométrico, perspectiva, exercícios de composição para decoração e desenho de ornatos, orientados exclusivamente para cópias de modelos que vinham geralmente de fora do país. O desenho de ornatos e o desenho geométrico eram considerados ‘linguagens’ úteis para determinadas profissões, e quando transformados em conteúdos, o ensino dava-se ênfase aos seus aspectos técnicos e científicos. (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 26-27).

Com relação ao ensino do Desenho, “[...] esse método de ensino cumpre, a função de manter a divisão social existente na sociedade – característica esta da pedagogia tradicional” (FERRAZ; FUSARI, 2010, p. 29).

No início do século XX, a preocupação central a respeito do ensino artístico “[...] era a sua implantação nas escolas primárias e secundárias e mesmo a sua obrigatoriedade [...]”. (BARBOSA, 2002, p. 32). Na década de 1930 ocorreram as primeiras tentativas de abertura de escolas especializadas em arte para crianças e adolescentes, inaugurando o fenômeno da arte como atividade curricular. Barbosa (2002) ressalta que, a partir dessas tentativas, inúmeros educadores de arte se uniram e, começaram as discussões para a inclusão da arte nos currículos escolares. Desse modo, depois de muitos debates e lutas pela valorização e importância da inserção do ensino da arte, em 1971, pela Lei nº 5.692, a arte foi incluída no currículo escolar com a denominação de Educação Artística.

A disciplina Educação Artística, desde sua implantação, teve como um dos objetivos centrais desenvolver nos alunos a capacidade de compreender as diversas linguagens artísticas, desenvolvendo competências e habilidades em diversas expressões, tornando-se possível entrelaçá-las e contextualizá-las, de forma a possibilitar a formação de indivíduos críticos e reflexivos, tanto no campo da arte como em outras áreas. De acordo com Barbosa (2002, p. 13), “Uma sociedade mais próxima da arte forma cidadãos mais criativos, capazes de rever e renovar seus valores a partir da questão que tocam a todos, tanto individualmente quanto em grupo [...]”.

A introdução da Educação Artística no currículo escolar foi um avanço, principalmente se considerar que houve um entendimento em relação à arte na formação dos indivíduos, seguindo os ditames de um pensamento renovador. No entanto, o resultado dessa proposição foi contraditório e paradoxal. Muitos professores não estavam habilitados e, menos ainda, preparados para o domínio de várias linguagens, que deveriam ser incluídas no conjunto das atividades artísticas (BRASIL, 1997, p. 28).

---

<sup>3</sup> Proposta metodológica de Ana Mae Barbosa que enfoca de forma integrada: o fazer artístico, a análise de obras e objetos de arte e, a história da arte.

Com a inclusão da Educação Artística, essa disciplina passou a ser obrigatória nos currículos de 1º e 2º Graus. A Reforma Educacional de 1971 estabeleceu um novo conceito de ensino de arte, já que com essa reforma, as Artes Plásticas, a Música e as Artes Cênicas deviam ser ensinadas conjuntamente por um mesmo professor.

De maneira geral, entre os anos 70 e 80, os antigos professores de Artes Plásticas, Desenho, Música, Artes Industriais, Artes Cênicas e os recém-formados em Educação Artística viram-se responsabilizados por educar os alunos em todas as linguagens artísticas, configurando-se a formação do professor polivalente em Arte. Com isso, inúmeros professores deixaram as suas áreas específicas de formação e estudos, tentando assimilar superficialmente as demais, na ilusão de que as dominariam em seu conjunto. A tendência passou a ser a diminuição qualitativa dos saberes referentes às especificidades de cada uma das formas de arte e, no lugar destas, desenvolveu-se a crença de que bastavam propostas e atividades expressivas espontâneas para que os alunos conhecessem muito bem música, artes plásticas, cênicas, danças, etc. (BRASIL, 1997, p. 29).

Durante vinte anos, surgiram grandes questionamentos sobre os conteúdos que eram propostos no ensino de Educação Artística. Assim, a partir dos anos de 1990, a Proposta Triangular<sup>3</sup> da arte-educadora Ana Mae Barbosa foi difundida em todo Brasil, exercendo influência marcante para o ensino de Arte nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Na década de 1990, mais precisamente com a Lei nº 9.394/96, a concepção do ensino de arte foi totalmente reformulada, sendo que até a nomenclatura passou de “Educação Artística” para “Arte”. Assim, a nova Lei revogou as disposições anteriores, e a Arte passou a ser considerada obrigatória como disciplina na Educação Básica.

Aprovada em 20 de dezembro de 1996, a nova Lei estabeleceu, em seu artigo 26, parágrafo 2º, que “o Ensino da Arte consistirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. (BRASIL, 1997, p. 30).

Portanto, a aprendizagem do ensino de Arte é obrigatória pela Lei nº 9.394/96 no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Contudo, no Brasil, essa disciplina esteve constantemente ameaçada em ficar fora das grades curriculares. Na proposta geral dos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>4</sup>, a disciplina Arte tem uma função tão importante quanto às outras disciplinas no processo de ensino/aprendizagem. De acordo com Pougy (2012) a disciplina Arte possui saberes específicos, como os da “História da Arte, Filosofia da Arte, Sociologia da Arte, Antropologia da Arte, que podem e devem ser ensinadas nas aulas de Arte”. (POUGY, 2012, p. 46).

---

<sup>4</sup> Os Parâmetros Curriculares Nacionais são diretrizes elaboradas com objetivo principal de orientar os educadores por meio da normatização de alguns fatores fundamentais concernentes a cada disciplina.

## 2 Disciplina Educação Artística: reflexões sobre sua história em Mato Grosso do Sul

Com a necessidade de informações sobre a disciplina Educação Artística no estado, a análise e compreensão dos documentos de estágio foram imprescindíveis. Assim, localizamos os seguintes relatórios:

**QUADRO 1 – RELATÓRIOS OBSERVADOS (1991-1997)**

ANO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO	QUANTIDADE DE RELATÓRIOS OBSERVADOS
1991	1
1992	1
1993	2
1994	4
1995	1
1996	3
1997	6

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2017), com base nos dados disponíveis no laboratório de Arte da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Unidade de Campo Grande/MS.

O Quadro 1 apresenta os anos e a quantidade de relatórios de estágio localizados em 2016, no laboratório do curso de Arte, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Unidade de Campo Grande/MS. Os arquivos trouxeram informações relevantes sobre quais conteúdos eram ensinados na disciplina Educação Artística, se os professores que lecionavam essa matéria de ensino eram habilitados ou não, quais eram as práticas pedagógicas utilizadas nas aulas com relação a disciplina em questão e, as dificuldades vivenciadas em sala de aula.

O relatório de A.S.O., realizado em 1993, descreve que as maiores dificuldades enfrentadas pelos professores de Educação Artística foram: a não participação e o desinteresse de alguns alunos; as mudanças de horários da escola e, as inúmeras interferências nas aulas para ajudar em decorações no pátio da escola para festas comemorativas que prejudicavam o andamento das aulas. De acordo com os relatórios de estágio analisados, os docentes de Educação Artística aparecem inúmeras vezes como um “decorador de ambiente” e não como um “professor”.

Essa concepção de ensino de arte, baseada na simples realização de produtos decorativos e na ideia de que aula de arte é aula de passatempo ou de produção de lembrancinhas, resultou no esvaziamento dos conteúdos específicos da área de Arte na educação escolar. Essa forma de entender o ensino de Arte acabou por desvalorizar esse componente curricular, relegando-o a um lugar inferior na educação escolar. (POUGY, 2012, p. 40).

Esse fato de o professor de Educação Artística ser visto como um decorador era algo constante nas escolas, mas não era o único problema enfrentado. Como aponta o relatório de A.M.A.S., do 4º ano de Educação Artística, de 1994. Em suas observações fica explícita a falta de espaço físico apropriado para um bom desempenho da disciplina Educação Artística nas escolas. Entre as notas escritas, identifica-se que a disciplina era oferecida apenas para as sextas séries do 1º Grau e para as primeiras séries do 2º Grau. Ainda nesse relatório, observa-se que os professores de Educação Artística não eram formados na área. Finalizando as advertências descritas, ressalta-se que a Educação Artística vinha sendo desenvolvida na escola de forma incompleta, esquecendo que o processo de aprendizagem e desenvolvimento do educando envolve múltiplos aspectos. Muitos professores propunham atividades, às vezes, totalmente desvinculadas de um saber artístico.

No relatório de J.F.P., de 1994, está descrito um caso de uma professora que é formada em outra área, ocupando a cadeira que poderia ser de um Arte/Educador<sup>5</sup>. Ainda nesse relatório, destacam-se os conteúdos sendo aplicados de modo reprodutivista, uma vez que, segundo J.F.P (1994) a metodologia divergia das propostas de Educação Artística, e conseqüentemente, os alunos passavam a fazer descaso da disciplina, ficavam desmotivados, tinham-na como entretenimento e lazer. <sup>5</sup>

Segundo Sousa (2005, p.28),

O ensino de arte envolve quatro eixos: Artes Visuais, Dança, Teatro e Música. Em síntese, o conhecimento da arte envolve: a experiência de fazer formas artísticas; a experiência de fluir formas artísticas; utilizando informações e qualidade perspectivas e imaginativas para estabelecer um contato, uma conversa em que as fórmulas signifiquem coisas diferentes para cada pessoa; a experiência de refletir sobre a arte como objeto de conhecimento.

Em um dos relatórios de estágio há a informação que a disciplina Educação Artística não era reprobatória. De acordo com os escritos de O.D.S.F., em 1994, percebe-se que existia descaso e falta de interesse pelas aulas de Educação Artística. Nas salas de aula, havia em média 35 alunos; muitas vezes a falta de espaço era um problema; as salas eram arejadas;

---

<sup>5</sup> Surgido na década de 1980 pela Profa. Dra. Ana Mae Barbosa o termo Arte/Educador designa uma categoria de profissionais, devidamente licenciados em Arte, e o tipo de trabalho que desenvolvem, com base, em geral, na Proposta Triangular.

faltavam armários para guardar os materiais e, o pátio era usado para atividades relacionadas a teatro e dança.

O relatório de C.B.A., referente a 1997 e as anotações de G.C.M., também do ano de 1997, apontam os tipos de práticas metodológicas para o ensino de Educação Artística. Ambos os relatórios advertem sobre aspectos positivos e negativos dos professores que lecionavam a matéria em discussão nesse texto. Sendo assim, nos apontamentos de C.B.A., referente à escola que havia observado, a professora era formada em Educação Artística pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). De acordo com os escritos no relatório, a professora estimulava a criatividade dos alunos na realização de atividades. Em todas as salas de 5ª séries os conteúdos e os procedimentos eram os mesmos, a matéria passada no quadro era explicada; depois os alunos copiavam e faziam o que era pedido. Nas 6ª series o encaminhamento era o mesmo, porém o conteúdo diferente. Quanto à conversa dos alunos, não havia distinção entre salas, uma vez que, de acordo com os escritos no relatório, a conversa dos alunos era algo que atrapalhava muito as aulas. Sobre os critérios de avaliação, esses eram realizados mediante a entrega de trabalhos e cadernos. Nos escritos de G.C.M., a realidade foi oposta, a professora não era formada, usava muito atividades mimeografadas, fato que diminuía a liberdade criadora do aluno e tornava as aulas extremamente maçantes.

Na Resolução nº 644, de 21 de dezembro de 1989, que estabelece as *Diretrizes Gerais para o Ensino de 2º Grau do Estado de Mato Grosso do Sul*, já havia um alerta sobre as dificuldades encontradas com relação à disciplina Educação Artística. Para realização desse documento, “[...] foram realizados vários encontros pedagógicos com intenção de coletar subsídios para a proposta curricular para o ensino de Educação Artística.” (MATO GROSSO DO SUL, 1989, p. 96).

Nesses encontros as discussões e relatórios ocuparam de listas de reivindicações referentes as condições de trabalho enfrentadas pelos professores que lecionam Educação Artística. Entre os fatores que tornaram difícil a ação docente mencionamos: ausência de salas ambientes; número reduzido de aulas; classes numerosas; falta de assessoramento em forma de cursos e sessões de estudo atendendo as necessidades pedagógicas e metodológicas; falta de trabalho integrado as áreas visando a objetivos comuns às atividade desenvolvidas na escola; impossibilidade de ter conhecimento satisfatório nas várias expressões artísticas; necessidade de professores especializados na área, desde a pré-escola; falta de sensibilização e conscientização dos diretores da escola sobre a importância da arte-educação. (MATO GROSSO DO SUL, 1989, p. 96).

A descrição apontada mostra que inúmeros dos problemas enfrentados pela disciplina Educação Artística, em Mato Grosso do Sul, entre os anos de 1991 a 1997, eram recorrentes desde a década de 1980.

## Considerações finais

A experiência do estágio, muitas vezes, é o primeiro contato com a realidade profissional; este confronto com as dificuldades enfrentadas pelos professores em salas de aula, conduz o aluno estagiário a questionamentos, críticas e a procura de possíveis alternativas que contribuam positivamente no processo de ensino-aprendizagem. Notei por meio dos dados contidos nas *Diretrizes Gerais para o Ensino de 2º Grau do Estado de Mato Grosso do Sul*, de 1989, e também, nos estudos feitos em análise dos relatórios de estágio que, entre os anos de 1991 a 1997, a disciplina enfrentava diversos problemas, entre eles, aponto a falta de professores habilitados, o desinteresse nas aulas de Educação Artística, a dificuldade de encontrar materiais didáticos para desenvolvimento das aulas, a falta de espaço físico para realização de atividades artísticas diferenciadas e, pouco apoio por parte dos gestores e demais professores de outras disciplinas. Esses, entre outros fatores corroboraram para que a disciplina Educação Artística fosse oferecida, como apontam alguns relatórios, em apenas algumas séries de cada uma das etapas de ensino. Observando toda essa problemática, confirmam-se as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores. As aulas de Educação Artística, então, se transformavam em simples atividades feitas sem objetivos definidos ou nunca conseguiam alcançar os objetivos desejados quando havia.

## Referências

- BARBOSA, Ana Mae. *Arte Educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ensino de Arte: Memória e História*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CHERVEL, Andre. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. *Arte na Educação Escolar*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRAGO, Antonio Viñao. A história das disciplinas escolares. Trad. Marina Fernandes Braga. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 18, p. 173-215, set/dez., 2008.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Trad. Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 1, p. 9-44, jan/jul., 2001.
- NEVES, Eislher Alves Ferreira. *No labirinto das raízes: história do ensino de literatura em Mato Grosso do Sul (1977 – 2008)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2013.
- OSINSKI, Dulce. *Arte, história e ensino: uma trajetória*. São Paulo: Cortez, 2001.
- POUGY, Eliana Gomes Pereira. *Arte: Soluções para dez desafios do professor*. São Paulo: Ática, 2012.

- POUGY, Eliana Gomes Pereira. *Poetizando Linguagens, Códigos e Tecnologias: a arte no ensino médio*. São Paulo: Edições SM, 2012. (Somos Mestres).
- SILVA, Maria Betânia. *A Inserção da Arte no Currículo Escolar (Pernambuco – 1950 -1980)*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003.
- SOUSA, Richard Perassi Luiz de. *Roteiro Didático da Arte na Produção do Conhecimento*. Campo Grande: UFMS, 2005.

### **Fontes documentais**

- BRASIL. Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971;  
\_\_\_\_\_. Resolução nº 64.4 de 21 de dezembro de 1989. Estabelece as Diretrizes Curriculares para o ensino de 2º Grau do estado de Mato Grosso do Sul e da outras providências. *Diário Oficial da União*, nº 2712, Campo Grande, MS, 27 de dezembro de 1989.